Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

O ano de 2021 terminou com um crescimento na receita bruta líquida de devoluções e abatimentos de 32,4% representando um aumento de R\$ 105,0 milhões, 41,1% na receita líquida representando um aumento de R\$ 111,5 milhões, e no lucro bruto alcançamos um crescimento de 88,0% representando um crescimento de R\$ 100,3 milhões, em relação ao exercício de 2020.

Os cenários econômicos em 2021 e 2020 foram extremamente desafiadores, e muito em particular na área da saúde, em virtude do evento do novo Coronavírus/COVID-19.

Os investimentos/gastos na abertura de novos leitos UTI, quer do setor público, quer do setor privado, com o advento da COVID-19 atingiram volumes significativos, com a abertura de Unidades de Terapia Intensiva, em vários hospitais, e em especial os hospitais de campanha construídos para o combate à pandemia do Coronavírus.

No setor público se verificaram várias dotações extraordinárias para acelerar a implementação de leitos de UTI em larga escala em todo o Brasil.

A Companhia nos últimos anos tem direcionado a sua estratégia e a sua atividade para ser reconhecida como uma das principais plataformas nacionais de fornecimento de produtos para o segmento de dispositivos médico-hospitalar de UTI, com o desenvolvimento e produção na planta de Pelotas de vários dispositivos médico-hospitalar, nomeadamente bombas de infusão, monitores e desfibriladores, e associação a empresas nacionais e internacionais produtoras de ventiladores, eletrocardiógrafos e camas hospitalares.

O acréscimo verificado na margem bruta da Companhia, se deve ao fato de que a Companhia vinha realizando nos anos pretéritos vários projetos de redução de custos de produção e de eficiência produtiva, que permitiu a sua efetivação com o aumento da atividade para responder à demanda de mercado de equipamentos para UTI. Além disso a Companhia continuou com o modelo de negócio de locação de leitos de UTI, que era um dos projetos que estava em desenvolvimento em 2019, e teve o seu arranque com a locação de 340 leitos de UTI para o Ministério da Saúde – MS em função da pandemia da COVID-19. Temos ainda a salientar neste ano de 2021 um aumento significativo na venda de ventiladores pulmonares e monitores cardíacos e novos leitos de UTI.

Estes fatos, conjugados com a manutenção de uma estrutura administrativa e comercial com poucas alterações para responder ao crescimento significativo da atividade, tiveram um impacto importante no EBTIDA, crescendo 102,7% em comparação com o ano anterior, e como demonstrado nos quadros abaixo:

Já o EBITDA AJUSTADO, conforme abaixo se demonstra, registrou um acréscimo 125,4% vis a vis o período anterior.

	Controlad	ora	Consolic	lado	
EBITDA	2021	2020	2021	2020	
(valores em R\$ mil)					
Lucro Líquido	102.759	32.763	101.812	32.072	
+ Resultado Financeiro Líquido	12.856	16.057	12.848	16.077	
+ IR/CSLL	25.629	10.517	25.635	10.529	
+ Depreciação/ amortização/Imparidade	59.620	39.735	59.644	39.735	
(=) EBITDA	200.864	99.072	199.939	98.413	
+/(-) Aumento / (Redução) Provisões	16.957	(2.447)	16.957	(2.447)	
(=) EBITDA AJUSTADO	217.821	96.625	216.896	95.966	

O EBITDA é utilizado como uma das medidas de desempenho adotadas por nossa administração pois acreditamos que é uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional. Ademais, alguns investidores, agências de "rating" e analistas financeiros o utilizam como um proxy de nosso desempenho operacional.

Controladora e Consolidado

O ano de 2021 foi afetado pelos seguintes registros não operacionais: R\$ 16,8 milhões de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa, R\$ 1,1 de constituição de provisão para estoques e R\$ 0,95 milhões de reversão da provisão para contingências.

Conforme mencionado acima, as despesas comerciais e administrativas continuam a ser um foco constante da administração na busca da redução do seu peso porcentual em relação à receita operacional líquida, sendo que houve uma redução nas despesas administrativas e um aumento nas despesas comerciais, devido as provisões de comissões, fretes e royalties sobre as vendas ocorridas no final do ano, em comparação com 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
(valores em R\$ mil)		
Receita operacional líquida	382.773	271.295
Despesas gerais e administrativas	36.002	24.157
Depreciação e Amortização	(14.934)	(7.053)
Despesas gerais e administrativas líquidas de depreciação/amortização	21.068	17.104
% Despesas gerais e administrativas líquidas/ Receita operacional líquida	5,50%	6,30%
Despesas com vendas	81.021	33.353
Depreciação e Amortização	(229)	(267)
Despesas com vendas líquidas de depreciação/amortização	80.792	33.268
% Despesas com vendas/ Receita operacional líquida	21,11%	12,26%

Em 2021 tivemos uma expressiva diminuição no índice de alavancagem da Companhia, embora se tenha verificado um aumento das necessidades de caixa para enfrentar o crescimento na atividade da Companhia, que já era esperado, mas que se veio a precipitar de forma abrupta com o advento do COVID-19, em que se consubstanciou com a contratação de vários financiamentos, essencialmente FINIMP para a compra acrescida de matérias-primas e insumos nos mercados internacionais, bem como a contratação de um financiamento a longo prazo de R\$ 50 milhões.

Como tem vindo a ser amplamente noticiado nas media mundiais, com o surgimento do coronavírus na Ásia, onde são fabricados grande parte dos componentes consumidos no mundo, as indústrias interromperam suas produções, deixando de abastecer as demandas por tecnologia. Como um produto de semicondutores demora entre quatro e três meses para ser produzido, a quarentena na China ainda no início de 2020 afetou a cadeia produtiva a longo prazo. De acordo com a Sondagem Conjuntural de abril de 2021, produzida pela Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), 69% das indústrias eletroeletrônicas relataram dificuldades em adquirir componentes e matéria-prima devido à falta no mercado. Em consequência dos fatos relatados, desde 2020 a Companhia tem vindo a enfrentar dificuldades acrescidas na aquisição de componentes eletrônicos, principalmente com relação a placas eletrônicas utilizadas na produção de equipamentos médicos.

O aumento significativo do nosso EBITDA provocou consequentemente um decréscimo no índice de alavancagem da Companhia, conforme quadro abaixo:

Grau de alavancagem	2021	2020
(valores em R\$ mil)		
Dívida líquida	102.334	128.400
EBITDA AJUSTADO (anualizado)	227.408	96.625
Índice Dívida líquida/EBITDA	0,5	1,3

Existindo hoje algumas incertezas de como será a volta das atividades econômicas na sua plenitude após o advento do COVID-19, a Companhia mantém como driver do seu crescimento, o objetivo de se tornar uma das principais plataformas nacionais do segmento de dispositivos médico-hospitalar para UTI, continuando a manter a estratégia de longo prazo com a manutenção de fortes investimentos em P&D.

Temos como fato relevante ainda em 2021, que o contrato que a Companhia assinou com o Ministério da Saúde – MS em 2020 para o fornecimento de 340 leitos de UTI em todos os estados do Brasil, para combate à pandemia da COVID-19, se manteve ativo, quase a totalidade do ano de 2021. Além disso a partir de abril 2021 a Companhia forneceu mais de 500 leitos de UTI para diversos hospitais.

A administração recomenda a leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o relatório dos administradores, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes.

Sociedades Controladas e Coligadas

Em 31/12/2021, a sociedade Signove Tecnologia S.A. era controlada pela Lifemed. (direta: 66,66%)

Instrução CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, informamos que no exercício de 2021 não contratamos outros serviços da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que não os de revisão trimestral e auditoria das demonstrações financeiras.

São Paulo, 23 de março de 2022

Franco Maria Giuseppe Pallamolla

Diretor Presidente

João Manuel Martins Ramos Canha Diretor de Relação com Investidores

<u>Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes e sobre as</u> <u>Demonstrações Financeiras</u>

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1°, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

- i. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021; e
- ii. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 23 de março de 2022.

LIFEMED Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Franco Maria Giuseppe Pallamolla – Diretor Presidente

João Manuel Martins Ramos Canha - Diretor de Relação com Investidores

Paulo Diniz Coelho Ribeiro Fernandes - Diretor sem designação específica

Elói Tramontin - Diretor sem designação específica

Luis Carlos Blanco Linares- Diretor sem designação específica



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e da Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

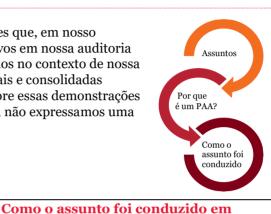
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

nossa auditoria

Reconhecimento e mensuração de crédito de PIS e COFINS decorrente da exclusão de ICMS de suas bases de cálculo (Notas 10 e 24)

A Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$ 16.686 mil, oriundos do processo judicial transitado em julgado em 17 de setembro de 2021. O processo judicial reconheceu o direito da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pela ação.

Devido à complexidade e relevância dos valores envolvidos, consideramos a avaliação. realização e divulgação desse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com auxílio de nossos especialistas tributários, a) efetuamos a leitura da decisão judicial (trânsito em julgado), e avaliamos e discutimos com a Administração as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentadas em opiniões legais emitidas por especialistas renomados e independentes, para entendimento do mérito, reconhecimento e mensuração do ativo.
- Obtivemos e auditamos, em base de testes, os cálculos preparados pela administração da Companhia para mensurar os valores dos créditos dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial.
- Obtivemos e avaliamos o plano da Companhia para a realização destes créditos.
- Avaliamos a apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras e as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Como resultado da aplicação dos nossos procedimentos, entendemos que os cálculos e as políticas contábeis. bem como a documentação suporte, estabelecidos e mantidos pela Administração da Companhia,



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	proporcionaram uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International*



Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações



forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 23 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

minuatrham (oope)

CRC 2SP000160/O-5

Rafael Biedermann Mariante Contador CRC 1SP243373/O-o

Índice

Balanços patrimoniais	2
Demonstração do resultado do exercício	3
Demonstrações do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	8

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Balanço Patrimonial Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado		
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.023	3.391	4.026	3.452	
Aplicações financeiras	6	40.949	1.956	40.950	1.963	
Contas a receber de clientes	7	153.312	58.462	153.312	58.462	
Estoques	8	81.340	85.768	81.340	85.768	
Impostos a recuperar	10	21.514	15.747	21.546	15.779	
Adiantamentos a fornecedores	9	9.413	12.844	9.425	12.845	
Outros créditos		1.770	538	1.770	539	
		312.321	178.706	312.369	178.808	
Não circulante						
Depósitos judiciais		847	688	847	688	
Impostos a recuperar	10	16.686	2.610	16.686	2.610	
Impostos diferidos, líquido	18	22.685	29.730	23.072	30.117	
Partes relacionadas	15	6.635	3.892			
		46.853	36.920	40.605	33.415	
Direto de uso		778	1.303	778	1.303	
Imobilizado	12	81.056	74.703	81.173	74.769	
Intangível	13	6.182	19.184	9.429	21.975	
intaligivei	13	88.016	95.190	91.380	98.047	
		00.010	72.170	71.000	2010-17	
		134.869	132.110	131.985	131.462	
Total do ativo		447.190	310.816	444.354	310.270	

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Balanço Patrimonial (continuação) Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado		
Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante						
Fornecedores	14	9.739	5.042	9.887	5.132	
Empréstimos e financiamentos	16	84.105	60.660	84.105	60.660	
Duplicatas descontadas	16	-	6.294	-	6.294	
Obrigações sociais e trabalhistas	17	7.980	8.438	8.049	8.478	
Obrigações fiscais e tributárias	27	7.090	8.577	7.111	8.588	
Passivos relacionados a contratos com clientes		2.426	1.107	2.426	1.107	
Arrendamento mercantil		610	610	610	610	
Comissões e outros passivos	18	16.634	1.450	16.634	1.450	
Outras contas a pagar		7.400	1.122	7.400	1.123	
		135.984	93.300	136.222	93.442	
Não circulante Distribuição de dividendos	20(d)	22.756	9.776	22.756	9.776	
Empréstimos e financiamentos	16	63.201	73.087	63.201	73.087	
Obrigações sociais e trabalhistas	17	5.585	669	5.585	669	
ICMS diferido a recolher	27	5.955	7.085	5.955	7.085	
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	3.779	4.726	3.779	4.726	
Provisão perda de investimento	11	2.042	603	-	-	
Arrendamento mercantil		240	763	240	763	
Outras contas a pagar		9.533	85	9.533	85	
		113.091	96.794	111.049	96.191	
Total do passivo		249.075	190.094	247.271	189.633	
Patrimônio líquido	20					
Capital social		73.436	73.436	73.436	73.436	
Reservas e de subvenção para investimentos		19.380	15.393	19.380	15.393	
Reserva legal		7.699	2.561	7.699	2.561	
Reserva de lucros para Investimentos		97.600	29.332	97.600	29.332	
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		198.115	120.722	198.115	120.722	
Participação dos acionistas não-controladores				(1.032)	(85)	
Total do patrimônio líquido		198.115	120.722	197.083	120.637	
Total do passivo e patrimônio líquido		447.190	310.816	444.354	310.270	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. 4 de 52

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações do resultado Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	382.773	271.295	382.853	271.405
Custos dos produtos vendidos	22	(168.525)	(157.318)	(168.525)	(157.318)
Lucro bruto		214.248	113.977	214.328	114.087
Despesas gerais e administrativas	22	(36.002)	(24.157)	(38.927)	(26.308)
Despesas com vendas	22	(81.021)	(33.535)	(81.021)	(33.535)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	45.915	4.434	45.915	4.434
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.896)	(1.382)	<u> </u>	
Lucro operacional		141.244	59.337	140.295	58.678
Despesas financeiras	23	(24.640)	(24.312)	(24.646)	(24.339)
Receitas financeiras	23	11.784	8.255	11.798	8.262
Resultado financeiro, líquido		(12.856)	(16.057)	(12.848)	(16.077)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		128.388	43.280	127.447	42.601
Imposto de renda e contribuição social corrente		(18.584)	(14.267)	(18.590)	(14.276)
Imposto de renda e contribuição social diferido	18	(7.045)	3.750	(7.045)	3.747
Lucro líquido do exercício		102.759	32.763	101.812	32.072
Atribuível a:					
Acionistas controladores				102.759	32.763
Acionistas não-controladores				(947)	(691)
				101.812	32.072
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	28				
Básico				39,8841	12,7164
Diluído				39,8841	12,7164

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações do resultado abrangente Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Cons	olidado
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	28	102.759	32.763	101.812	T32.072
Outros resultados abrangentes – Reversão de reserva de subvenção	10	(2.610)	-	(2.610)	-
Total do resultado abarngente do exercício		100.149	32.763	99.202	32.072
Atribuível a:					
Acionistas controladores				100.149	32.763
Acionistas não-controladores				(947)	(691)
				99.202	32.072

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atribuível aos acionistas controladores

	No ta	Capital social	Reservas de subvenção	Reserva legal	Reserva de lucros para investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		73.436	10.007	923		13.369	97.735	606	98.341
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	32.763	32.763	(691)	32.072
Constituição da reserva legal Constituição de reserva de		-	-	1.638	-	(1.638)	-	-	-
subvenção		-	5.386	-	-	(5.386)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(9.776)	(9.776)	-	(9.776)
Reserva de lucros para investimentos		-		-	29.332	(29.332)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20	73.436	15.393	2.561	29.332		120.722	(85)	120.637
2020	20	75.430	15.595	2.501	29.332	<u>-</u>	120.722	(65)	120.037
Lucro (prejuízo) do exercício Constituição da reserva		-	-	-	-	102.759	102.759	(947)	101.812
legal		-	-	5.138	-	(5.138)	-	-	-
Constituição de reserva de subvenção	27	-	6.597	-	-	(6.597)	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(22.756)	(22.756)	-	(22.756)
Reserva de lucros para orçamento de capital Reversão de reserva de		-	-	-	68.268	(68.268)	-	-	-
subvenção	10	-	(2.610)	-	-	-	(2.610)	-	(2.610)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20	73.436	19.380	7.699	97.600		198.115	(1.032)	197.083

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. 5 de 52

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Nota 31/12/2021 31/12/202
128.388
Ajustes de: Resultado de equivalencia patrimonial 1
Provisão para contigências 19 (947) 1.472 (947) 1.472 Perda na baixa de imobilizado 12 5.749 8.102 5.749 8.102 Provisão para cetíditos de liquidação duvidosa 7 16.761 277 16.761 277 Provisão para estoques 8 1.143 - 1.143 - Provisões para comissões e outros passivos 15.184 - 15.170 - Despreciação e amortização 12 e 13 59.620 39.735 59.644 39.735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14.799 12.360 14.799 Camento) redução nos ativos - - - - 14.799 12.360 14.799 12.360 14.799 Contas a receber - 7 (11.611) (37.649) (11.1611) (37.649) (11.1611) (37.649) (11.1611) (37.649) 1.312 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843)
Perda na baixa de imobilizado 12 5.749 8.102 5.749 8.102 Provisão para créditos de liquidação duvidosa 7 16.761 277 16.761 277 Provisão para estoques 8 1.143 - 15.170 - Provisões para comissões e outros passivos 15.184 - 15.170 - Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 39.735 59.644 39.735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 31.799 12.360 14.799 (Aumento) redução nos ativos 8 38.8933 (1.187) (38.987) (1.194) Contas a receber 7 (111.611) (37.649) (111.611) (37.649) (11.194) Estoques 8 3.285 (51.567) 3.285 (51.567) 3.285 (51.567) Impostos a recuperar 10 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322 (19.843) 1.322
Provisão para créditos de liquidação duvidosa 7 16.761 277 16.761 277 Provisão para estoques 8 1.143 - 1.143 - Provisão para contissões e outros passivos 15.184 - 15.170 - Depreciação e amortização 12 e l 3 59.620 39.735 59.644 39.735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14.799 12.360 14.799 (Aumento) redução nos ativos ***********************************
Provisão para estoques 8 1.143 - 1.143 - Provisões para comissões e outros passivos 12 e 13 59,620 39,735 59,644 39,735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14,799 12,360 14,799 (Aumento) redução nos ativos
Provisões para comissões e outros passivos 15.184 - 15.170 - 15.170 Depreciação e amortização 12 e 13 59.620 39.735 59.644 39.735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14.799 11.611 (37.649) (11.611) (11.611) (11.611) (11.611) (11.611) (11.611) (11.611) (11.611)
Depreciação e amortização 12 e 13 59.620 39.735 59.644 39.735 Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14.799 12.360 12.3
Despesas de juros e variações apropriados 16 12.360 14.799 14.1011 13.8987 14.1011 13.649 13.649 13.649 13.25 14.649 13.25 14.649 13.25 14.649
Aplicações financeiras 6 (38.993) (1.187) (38.987) (1.194) Contas a receber 7 (111.611) (37.649) (111.611) (37.649) Estoques 8 3.285 (51.567) 3.285 (51.567) Impostos a recuperar 10 (19.843) 1.322 (19.843) 1.323 Adiantamento a fornecedores 9 3.431 962 3.420 963 Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Fornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos
Aplicações financeiras 6 (38.993) (1.187) (38.987) (1.194) Contas a receber 7 (111.611) (37.649) (111.611) (37.649) Estoques 8 3.285 (51.567) 3.285 (51.567) Impostos a recuperar 10 (19.843) 1.322 (19.843) 1.323 Adiantamento a fornecedores 9 3.431 962 3.420 963 Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Fornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos
Estoques 8 3.285 (51.567) 3.285 (51.567) Impostos a recuperar 10 (19.843) 1.322 (19.843) 1.323 Adiantamento a fornecedores 9 3.431 962 3.420 963 Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Tornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114
Impostos a recuperar 10 (19.843) 1.322 (19.843) 1.323 Adiantamento a fornecedores 9 3.431 962 3.420 963 Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Tornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Adiantamento a fornecedores 9 3.431 962 3.420 963 Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Fornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Outros créditos (4.134) (1.104) (1.388) 1.002 (Redução) aumento nos passivos Fornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
(Redução) aumento nos passivos Fornecedores 14 4.697 (4.420) 4.755 (4.360) Adiantamento de clientes 1.319 916 1.319 916 Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Fornecedores
Fornecedores
Obrigações fiscais, tributárias e subvenções governamentais 27 (11.274) (1.876) (11.285) (1.872) Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) 4.487 (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Obrigações sociais e trabalhistas 17 4.458 (2.577) (2.552) 4.487 (2.552) (2.552) Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241 9.241
Outras contas a pagar 15.269 3.139 15.282 3.140 Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Caixa gerado nas operações 86.758 15.006 86.761 15.136 Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Imposto de renda e contribuição social pagos (12.537) (5.892) (12.524) (5.895) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais 74.221 9.114 74.237 9.241
Elipsos do saivo dos atividades de investimentes
Fluxos de caixa das atividades de investimentos
Aquisição de ativo imobilizado (57.962) (45.171) (58.036) (45.163)
Aquisição de intangível (233) (3.767) (233) (3.769)
Caixa líquido (utilizado) aplicado nas atividades de investimento (58.195) (48.938) (58.269) (48.932)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos
Captação de empréstimos e financiamentos 16 228.060 174.528 228.060 174.528
Amortização de empréstimos e financiamentos - Principal (*) 16 (151.997) (87.548) (151.997) (87.620)
Amortização de empréstimos e financiamentos - Juros (*) 16 (74.864) (41.198) (74.864) (41.198)
Amortização de arrendamento mercantil (523) - (523) -
Duplicatas descontadas 16 (6.294) (2.796) (6.294) (2.796)
Pagamento de Dividendos 20 (9.776) - (9.776) -
Caixa líquido aplicado (utilizado) nas atividades de financiamento (15.394) 42.986 (15.394) 42.914
Redução em caixa e equivalentes de caixa 632 3.162 574 3.223
No início do exercício 6 3.391 229 3.452 229
No fim do exercício 6 4.023 3.391 4.026 3.452
Redução em caixa e equivalentes de caixa 632 3.162 574 3.223

^(*) A Companhia adota como política a apresentação de juros sobre empréstimos para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações do valor adicionado Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Consolidado		
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas					
Vendas de produtos e serviços	21	428.922	323.903	429.002	324.013
Outras receitas (despesas)		29.237	181	29.237	181
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(16.761)	(2.836)	(16.761)	(2.836)
Produção/ construção de ativos para uso		53.716	33.869	53.716	33.869
		495.114	355.117	495.194	355.227
Custos dos produtos e serviços		(85.399)	(87.232)	(85.399)	(87.232)
Materiais, energia, serviços de terceiros e		(61.527)	(39.312)	(61.527)	(39.312)
outras desp. operacionais		(146.926)	(126.544)	(146.926)	(126.544)
Valor adicional bruto gerado		348.188	228.573	348.268	228.683
Retenções					
Depreciação e amortização		(59.672)	(39.735)	(59.644)	(39.754)
Valor liquido adicionado		288.516	188.838	288.624	188.929
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	23	11.784	8.255	11.798	8.262
Resultado de equivalênica patrimonial	11	(1.896)	(1.382)	<u>-</u> _	-
		9.888	6.873	11.798	8.262
Valor total adicionado a distribuir		298.404	195.711	300.422	197.191
Distribuição do valor adicionado		298.404	195.711	300.422	197.191
Empregados		68.138	39.674	68.715	39.905
Remuneração direta	-	60.950	30.556	61.361	30.709
Beneficios		5.315	7.161	5.446	7.227
FGTS		1.873	1.957	1.909	1.969
Impostos, taxas e contribuições		60.792	65.562	60.916	65.615
Federais		46.122	41.034	46.244	41.085
Estaduais		14.457	24.237	14.457	24.237
Municipais		213	291	215	293
Remuneração de capitais de terceiros		66.715	57.712	68.980	59.599
Juros		24.640	24.367	24.646	24.394
Aluguéis		227	376	296	443
Comissões sobre vendas		15.271	9.236	15.271	9.236
Fretes sobre vendas		8.121	8.988	8.121	8.988
Honorários advocatícios		5.170	429	5.170	429
Outras		13.286	14.316	15.476	16.109
Resultado do exercício		102.759	32.763	101.812	32.072

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

1 Contexto operacional

A Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A., a seguir denominada como, "Controladora" ou "Lifemed" e sua controlada (conjuntamente referidas como "a Companhia"), sediada em Pelotas no Rio Grande do Sul, tem como objeto social a produção e comercialização de produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar com 99,994% das vendas realizadas atualmente no mercado interno, disseminadas em todo o território nacional. A Companhia atua no segmento de infusão, monitoração, esterilização e serviços de manutenção hospitalar. Seus principais clientes são órgãos de saúde pública e entidades de saúde privadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2022.

2 Base de apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.5.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS e CPC, e que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.3 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Nossa administração considera que nossas operações compõem um único segmento operacional identificável, qual seja, o segmento de produtos para saúde destinados aos prestadores de serviços de saúde.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos e informações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

As informações referentes aos julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e as estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 13 - Intangível (recuperabilidade - *impairment*)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3. iv). Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

• Nota 18 - Impostos diferidos (recuperabilidade)

A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para a Compnhia.

• Nota 19 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ((IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Compnhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

2.6 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que profbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 10 de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 10 de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1o de janeiro de 2022.
- . Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 10 de janeiro de 2022:
- (i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

- (ii) IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 "Ativos Biológicos" remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- . Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- . Alteração ao IAS 12 Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia ainda não identificou impactos em suas Demonstrações Financeiras após a análise das normas apresentadas.

A Lifemed ainda está atenta desde o início da pandemia da COVID -19, e até a presente data, as possíveis mudanças em suas demonstrações financeiras e vem nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a companhia está exposta, dando especial atenção aos temas abaixo:

Continuidade dos negócios

Com o advento da COVID-19 a Companhia entende que seus negócios poderão ser alavancados, devido ao fato de que a empresa é a uma das maiores "players" nacionais na distribuição de equipamentos para UTIs.

Colaboradores

A Administração vem adotando todas medidas de higiene e segurança sugeridas pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pelo Ministério da Saúde, sendo elas:

- Uso e distribuição de máscaras para os colaboradores nas dependências da fábrica e do escritório, disponibilização de álcool em gel e medição de temperatura de todos os funcionários na entrada da jornada de trabalho;
- Colaboradores de grupo de risco e gestantes estão trabalhando em formato home office;
- Não houve solução de descontinuidade nas operações da Companhia em virtude da COVID 19.

Recuperabilidade de Ativos

Os efeitos econômicos decorrentes dos esforços para conter a pandemia podem influenciar os valores justo e recuperável de ativos. A Administração entende que, devido ao seu ramo de atividade, seus negócios não serão impactados negativamente pela COVID-19, pelo contrário, seus negócios poderão ser alavancados devido a alta demanda por produtos de seu portifólio para atendimento às Unidades de Tratamento Intensivo. A Administração está monitorando as mudanças no cenário econômico-financeiro do mercado e avaliando a necessidade de antecipação do teste de recuperabilidade de seus ativos e, até a presente data, a Companhia entende que não há indícios de mudanças que afetem a recuperabilidade de seus ativos.

Mensuração do Valor Justo

A Administração entende que o valor justo de contas a receber e outros créditos está estimado com o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data da apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação e não existe indício de alteração em virtude da COVID-19.

O valor justo dos passivos financeiros não derivativos, que é determinado para fins de divulgação, está calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de nossas informações financeiras e intermediárias não existe nenhum indício de alteração em virtude da COVID-19.

Provisões e Contingências Ativas e Passivas

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perda esperada com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Conforme sua política de avaliação de crédito, a Administração entende que seus saldos de perda esperada do

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

contas a receber de clientes e outros créditos refletem adequadamente o cenário econômico-financeiro da Companhia. As provisões passivas estão sendo acompanhadas pela Adminitração e as mesmas estão adequadamente registradas e não há perspectiva de alteração em virtude da COVID-19.

Reconhecimento de Receita

Com relação ao reconhecimento da receita a Administração entende que não há alteração em seus fluxo de reconhecimento, uma vez que todas as obrigações de desempenho estão sendo cumpridas, não tendo alterações em virtude da COVID-19.

Provisões para Perda Esperada do contas a receber

A Companhia vem acompanhando uma mudança no comportamento de seus clientes em atraso, que vem efetuando pagamentos a vista de suas dívidas em aberto para poderem realizar novas compras de nossos produtos e com isso poderem atender as demandas impostas pelo COVID-19, por este motivo a Administração entende que suas previsões para perda esperadas estão bem dimensionadas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas informações financeiras.

a. Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado.

Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Transação com não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

b. Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Caixa e equivlaentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas ou que encerraram o exercício com saldo negativo na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e as que encerraram o exercício com saldo negativo são demonstrada como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

c. Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). . Mensurados ao custo amortizado.
- A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Quando aplicável, a Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

iv) Impairment

A Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Quando aplicável, ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

vi) Instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos desiginados como *hedge accounting*.

As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

d. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, reduzida ao seu valor recuperável de acordo com a perda estimada estabelecida pelo modelo de negócio da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos produtos acabados e produtos em processo, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo dos ativos imobilizados inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

Os ativos permanentes reconhecidos como "Imobilizado em andamento" tem por finalidade registrar todos os investimentos em ativo fixo da Companhia, os quais possuem controle individual por projeto, por localidade e tipo de investimento. Quando os projetos entram em produção ou quando são postos em serviço, estes são transferidos para as suas respectivas contas definitivas para o início da depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

g. Ativos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável (impairment). Ativos intangíveis relacionados à tecnologia industrial estão substancialmente representados por desenvolvimento de novos produtos para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de concluir os projetos e colocar os produtos no mercado.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos subsequentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O prazo de amortização destes ativos é determinado pela sua vida útil conforme demonstrado na Nota 13.

h. Ativos não financeiros (redução ao valor recuperável)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Administração da Companhia efetua anualmente uma análise de *impairment* aos gastos de desenvolvimento capitalizados, por ser um ativo intangível ainda não disponível para o uso, efetuando esta análise para imobilizado, apenas quando há indicadores de impairment.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A Administração revisa anualmente análise de *impairment* e para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável.

i. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até doze meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

k. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

l. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido de janeiro até dezembro. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a entidade possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a entidade transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A Companhia comercializa produtos, equipamentos e saneantes domissanitários da área médico e hospitalar, com a quase totalidade das vendas realizadas no mercado interno, que são classificadas com venda de produtos. As linhas de produtos e equipamentos vendidos para os hospitais são, bombas de infusão, monitores, desfibriladores, ventiladores, reprocessadoras de endoscópios e linhas de diálise. A Companhia possui receitas provenientes da locação de equipamentos, que são reconhecidas no momento do cumprimento da obrigação do contrato de serviço. A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo do contrato considerando a disponibilidade destes equipamentos. A Companhia contabiliza o aluguel de equipamentos como uma obrigação de desempenho separada e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

reconhece a receita em seu preço de venda individual, considerando que o aluguel é cobrado como uma taxa mensal fixa. As receitas são reconhecidas numa base linear ao longo do tempo do contrato, líquidas de impostos, iniciando quando o cliente obtém o controle do equipamento alugado. A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

p. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias positivas sobre ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado do exercício, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com os juros sobre empréstimos, e variações monetárias sobre passivos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

q. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") para investimentos concedidos pelo governo estadual do Rio Grande do Sul. Esses incentivos fiscais estão diretamente ligados à operação de unidades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico. Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício como outras receitas em uma base sistemática conforme os critérios para reconhecimento do benefício são atendidos. A parte referente ao diferimento do ICMS a pagar é registrada no passivo não circulante.

r. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não hove fator diluidor nas ações.

s. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto que para fins de IFRS representam informação financeira adicional.

t. Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

u. Arrendamentos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia adota os seguintes procedimentos: (i) o valor do passivo de arrendamento é calculado com base no valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial é mensurado de forma prospectiva. Atualmente a Companhia possui somente 2 (dois) contratos de arrendamento o do escritório administrativo e financeiro e o prédio da assitência técnica, ambos em São Paulo. A Administração entende que estes valores não são materiais.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das informações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito:

Risco de liquidez;

Risco de mercado;

Risco operacional;

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O gerenciamento de riscos é estabelecido para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Os procedimentos de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e setor de atuação, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito. A Companhia estabeleceu um procedimento de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada através de um Grupo de análise de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, jurídica ou órgãos públicos.

A Companhia e sua controlada operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. A Companhia e sua controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos, quando aplicável.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Os passivos financeiros divulgados abaixo são os fluxos de caixa não descontados contratados:

Até um ano	Mais de	De 3 a 4	Mais de 4	
	ano	anos	anos	Total

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro 2021					
Fornecedores	9.739	-	-	-	9.739
Empréstimos	84.105	15.763	40.494	6.944	147.306
Em 31 de dezembro 2020					
Fornecedores	5.042	-	-	-	5.042
Empréstimos	60.660	19.513	44.840	8.734	133.747
Duplicatas descontadas	6.294	_	_	_	6.294

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e de sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia atua no mercado externo, referente a aquisição de matéria-prima importada. Os resultados da Companhia e de sua controlada estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados às moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade pelo o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Documentação de controles e procedimentos;

Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;

Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;

Desenvolvimento de planos de contingência;

Treinamento e desenvolvimento profissional;

Padrões éticos e comerciais;

Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A política da administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, excluindo participações de não controladores.

A administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A administração monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido ajustado. Para este propósito, a dívida líquida é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

A relação da dívida líquida sobre o patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é apresentada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
Total empréstimos (nota 16) Total duplicatas descontadas (nota 16)	147.306	133.747 6.294	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6) Aplicações financeiras (nota 6)	(4.026) (40.950)	(3.452) (1.963)	
Dívida Líquida (A)	102.330	134.626	
Total de patrimônio líquido (B)	197.083	120.637	
Relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido (A/B)	0,52	1,12	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4.023	3.391	4.026	3.452
Aplicações financeiras	40.949	1.956	40.950	1.963
	44.972	5.347	44.976	5.415

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições de uso. O caixa e equivalentes de caixa são compostos em sua maioria em valores depositados em conta corrente.

As aplicações financeiras são compostas de CDB's, no montante de R\$40.199, com rendimento entre 99,50% a 104,25% do CDI e títulos de capitalização, no montante de R\$750.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber (-) Provisão para créditos de	172.085	60.474	172.085	60.474
liquidação duvidosa	(18.773)	(2.012)	(18.773)	(2.012)
	153.312	58.462	153.312	58.462

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Control	Controladora		dado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	115.382	33.521	115.382	33.521
Vencidas	57.526	27.053	57.526	27.053
1 a 30 dias 31 a 60 dias 61 a 90 dias 91 a 120 dias	10.177 14.483 735 3.246	16.312 1.295 3.167 1.270	10.177 14.483 735 3.246	16.312 1.295 3.167 1.270

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

121 a 150 dias	1.910	303	1.910	303
151 a 180 dias	1.030	35	1.030	35
181 a 210 dias	4.470	1.288	4.470	1.288
211 a 240 dias	3.484	2.089	3.484	2.089
241 a 270 dias	3.775	174	3.775	174
271 a 300 dias	693	3	693	3
301 a 330 dias	8.324	-	8.324	-
331 a 365 dias	36	1	36	1
Mais de 365 dias	5.163	1.116	5.163	1.116
			<u> </u>	
Depósitos a classificar	(823)	(100)	(823)	(100)
Total	172.085	60.474	172.085	60.474

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída além de uma estimativa de perda estimada com base nos valores históricos, também com base na avaliação individual dos clientes, nomeadamente o histórico de recebimentos e/ou inadimplência, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do exercício Constituição	2.012 16.761	4.848 297	2.012 16.761	4.848 297
Baixa		(3.133)		(3.133)
Saldo final do exercício	18.773	2.012	18.773	2.012

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A despesa com a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "despesas de vendas" na demonstração do resultado do exercício.

O contas a receber oferecido em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, está divulgados na Nota 16.

8 Estoques

-	Controladora		Consoli	dado
_	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas Produtos em processo	22.853	15.230 3	22.853	15.230
Produtos acabados (-) Provisão para perdas de	59.630	70.535	59.630	70.535
estoques	(1.143)	-	(1.143)	-
_ _	81.340	85.768	81.340	85.768

A Administração realizou avaliação da recuperabilidade de seus estoques e identificou um montante de R\$ 1.143 a ser provisionado em 31 de dezembro de 2021. O estoque provisionado em 2020 foi vendido como sucata. Abaixo demonstramos a movimentações da provisão:

	Controla	Controladora		dado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	-	1.083	_	1.083
Adições	1.143	-	1.143	-
Baixas / reversão	-	(1.083)	-	(1.083)
Saldo final	1.143		1.143	-

Não existem estoques oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 16).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

9 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores no exterior	3.788	8.997	3.788	8.997
Fornecedores nacionais	3.306	1.674	3.307	1.675
Outros créditos	2.319	2.173	2.330	2.173
	9.413	12.844	9.425	12.845

10 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Imposto Produtos Industrializados (IPI)	3.298	3.119	3.298	3.119
Imposto sobre Circulação – ICMS	3.167	3.855	3.167	3.855
Contribuição – COFINS	8.616	1.325	8.622	1.331
Programa de Integração Social (PIS)	5.872	6.793	5.873	6.794
Imposto de Renda (IRRF)	389	443	414	468
Contribuição Social (CSLL)	172	212	172	212
	25.514	15.747	21.546	15.779
Ativo não circulante				
Desenvolver Pelotas (i)	-	2.610	-	2.610
PIS/COFINS sobre ICMS (ii)	16.686		16.686	
	16.686	2.610	16.686	2.610
	38.200	18.357	38.232	18.389

⁽i) Relacionado ao incentivo fiscal detalhado na Nota 20 (c) e 27.

⁽ii) No mês de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal proferiu a decisão a respeito da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em que confirmou a restituição da parcela de crédito de PIS e COFINS referente ao valor de ICMS. Em 26 de maio de 2021 o STF modulou a decisão de março de 2017 com relação ao modelo de cálculo e o período de direito, através do PARECER SEI Nº 7698/2021/ME.. A ação judicial da Companhia sobre esse tema transitou em julgado em 17 de setembro de 2021, e reconheceu o direito de exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2005 a maio de 2021. O valor do crédito tributário foi calculado pelo valor destacado nas notas fiscais ("valor bruto"), sendo R\$ 10.078 o valor principal da ação, registrado na conta "Outras receitas e despesas operacionais" e R\$ 6.608 de atualização monetária, registrada no resultado financeiro do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

11 Investimento em controlada

a. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2019	779
Resultado de equivalência patrimonial	(1.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(603)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.042)

b. Principais informações da controlada Signove Tecnologia S.A. (i)

Francisco de la constante de l	31/12/2021
Total ativo	3.810
Total passivo	6.873
Patrimônio líquido	(3.063)
Participação	66,66%
Quantidade de ações ordinárias (em ações)	399.900

(i) A Signove Tecnologia S.A. é uma empresa de software brasileira focada em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a Saúde conectada, e no fornecimento de serviços de P&D especializados. A Signove desenvolve soluções para sistemas pervasivos, cloud, mobile computing, e sistemas embarcados.

c. Percentual de participação na controlada em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

	<u>País</u>	<u>Direta</u>
Signove Tecnologia S.A.	Brasil	66,66%

Lifemed Industrial de Equipamentos e Artigos Médicos e Hospitalares S.A. Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Imobilizado **12**

										(Controladora
	Equipamentos						Benfeitorias				
	de fabricação própria	Máquinas e	Veículos	Equipementos de informática	Móveis e	Instalações	em bens locados	Terrenos	Obras civis	Imobilizado em andamento	Total
Em 31 de janeiro de 2019	ртортта	equipamentos	vereuros	ut informatica	utchsinos	mstaraçocs	10 C a a o s	Terrenos	Oblas Civis	andamento	10141
Custo	77.843	14.413	835	2.154	1.709	1.021	2.791	569	31.047	719	133.099
Impairment	(1.249)	=	-	_	=	-	-	-	(117)	-	(1.366)
Depreciação acumulada	(39.951)	(10.760)	(620)	(1.487)	(1.4 18)	(547)	(2.170)	-	(5.972)	-	(62.924)
Saldo contábil, líquido	36.643	3.653	2 15	667	291	474	621	569	24.958	719	68.809
Em 1 de janeiro de 2020											
Saldo inicial	36.643	3.653	2 15	667	291	474	621	569	24.958	719	68.809
Adições		-		-		-	-	-		45.172	45.172
Baixas (custo)	(5.058)	(516)	(9)	-	-	-	_	-	-	(631)	(6.214)
Transferências	36.323	2.644		8 18	123	-	_	-	250	(40.158)	-
Depreciação	(30.906)	(728)	(85)	(265)	(68)	(74)	(174)	-	(764)	- 1	(33.064)
Saldo contábil, líquido	37.002	5.053	12 1	1.220	346	400	447	569	24.444	5.102	74.703
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	105.776	16.531	799	2.965	1.830	1.021	2.790	569	31.297	4.662	168.240
Impairment	(883)	-	-	2.703	-	-	2.7,0	-	51277		(883)
Depreciação acumulada	(67.452)	(11.479)	(678)	(1.745)	(1.485)	(621)	(2.343)	-	(6.853)	<u> </u>	(92.654)
Saldo contábil, líquido	37.441	5.052	12 1	1.220	345	401	448	569	24.444	4.662	74.703
Em 1 de janeiro de 2021											
Saldo inicial	37.441	5.052	12 1	1.220	345	401	448	569	24.444	4.662	74.703
Adições	20	3.032	12 1	1.220	343	271	440	309	24.444	57.640	57.962
Baixas (custo)	(3.825)	(38)	_	(36)	(9)	-	_	_	_	(1.841)	(5.749)
Transferências	53.682	1.2 18	156	1.2 17	76	_	_	_	_	(56.349)	(5.747)
Depreciação	(43.437)	(843)		(449)	(49)	(80)	(172)	_	(768)	-	(45.860)
Saldo contábil, líquido	43.881	5.420	2 15	1.9 52	363	592	276	569	23.676	4.112	8 1.0 56
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	153.061	17.707	854	4.129	1.889	1.293	2.791	569	31.297	4.112	217.702
Impairment	155.001	17.707	-	4.129	1.009	1.293	2.791	309	31.297	4.112	217.702
Depreciação acumulada	(109.180)	(12.287)		(2.177)	(1.526)	(701)	(2.515)	-	(7.621)		(136.646)
Saldo contábil, líquido	43.881	5.420	2 15	1.952	363	593	276	569	23.676	4.112	8 1.0 56
· •			11							· -	
Taxa anual de depreciação	10 %	10 %	20%	20%	10 %	10 %	20%		3 %		
Vida útil	10	10	5	5	10	10	5	-	40	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

											Consolidado
	Equipamentos						Benfeitorias				
	de fabricação própria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipementos de informática	Móveis e	Instalações	em bens locados	Terrenos	Obras civis	Imo bilizado em andamento	Total
Em 31 de janeiro de 2019	ртортта	equipamentos	v cre uro s	de informatica	utchsinos	mstarações	10 cau 0 3	refrenos	Oblus Civis	andamento	10141
Custo	77.843	14.435	835	2.417	1.739	1.041	2.791	569	31.047	738	133.456
Impairment	(1.249)	=	-	=	-	=	=	-	(117)	=	(1.366)
Depreciação acumulada	(39.951)	(10.779)	(620)	(1.705)	(1.447)	(565)	(2.170)	-	(5.972)	<u> </u>	(63.209)
Saldo contábil, líquido	36.643	3.656	2 15	713	293	476	621	569	24.958	738	68.881
Em 1 de janeiro de 2020											
Saldo inicial	36.643	3.656	2 15	713	293	476	621	569	24.958	738	68.881
Adições	-	-	-	_	=	=	-	-	-	45.185	45.185
Baixas (custo)	(5.057)	(516)	(10)	=	-	=	=	-	=	(633)	(6.216)
Transferências	36.761	2.643	=	853	122	=	=	-	249	(40.628)	· -
Impairment	=	=	-	=	-	=	=	-	=	· · · · · · · · · · ·	=
Depreciação	(30.906)	(728)	(84)	(283)	(70)	(75)	(173)	-	(763)	-	(33.082)
Saldo contábil, líquido	37.441	5.056	12 1	1.283	3 4 5	401	448	569	24.444	4.662	74.769
Em 31 de dezembro de 2020											
Custo	105.776	16.554	799	3.261	1.860	1.041	2.790	569	31.297	4.662	168.610
Impairment	(883)	-	-	-	-	-		-	-	-	(883)
Depreciação acumulada	(67.452)	(11.499)	(678)	(1.978)	(1.515)	(640)	(2.343)	-	(6.853)	-	(92.958)
Saldo contábil, líquido	37.441	5.056	12 1	1.283	345	401	448	569	24.444	4.662	74.769
Em 1 de janeiro de 2021											
Saldo inicial	37.441	5.056	12 1	1.283	345	401	448	569	24.444	4.662	74.769
Adições	20	30	_	-	-	271	-	-	_	57.715	58.036
Baixas (custo)	(3.825)	(38)	-	(36)	(9)	=	-	-	-	(1.841)	(5.749)
Transferências	53.682	1.2 18	156	1.2 18	76	=	=	=	-	(56.350)	· - ′
Impairment	=	=	-	=	-	=	=	-	=	· - ·	=
Depreciação	(43.438)	(843)	(62)	(469)	(51)	(80)	(172)	-	(768)	=	(45.883)
Saldo contábil, líquido	43.880	5.423	2 15	1.996	361	592	276	569	23.676	4.185	8 1.173
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	153.060	17.73 1	854	4.427	1.920	1.3 12	2.791	569	31.297	4.185	2 18 . 14 5
Impairment	-	_	-	_	-	_	-	_	_	-	_
Depreciação acumulada	(109.180)	(12.308)	(639)	(2.431)	(1.559)	(720)	(2.515)	-	(7.621)	-	(136.972)
Saldo contábil, líquido	43.880	5.423	2 15	1.996	361	592	276	569	23.676	4.185	8 1.17 3
Taxa anual de depreciação	10 %	10 %	20%	20%	10 %	10 %	20%	,	3 %		
Vida útil	10	10	5	5	10	10	5	-	4 0	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Comentários sobre o imobilizado

- **a.** Em 31 de dezembro de 2021 a Administração realizou avaliação da existência de indicativos de *impairment* de seus ativos imobilizados e concluiu não ser necessário a constituição de uma perda por *Impairment*, como a constituída em 31 de dezembro de 2020.
- **b.** Parte dos ativos classificados como "equipamentos de produção própria" foram locados ao Ministério da Saúde em 2020 e 2021 para utilização durante a pandemia do COVID-19. Tais ativos foram depreciados conforme prazo estabelecido no contrato.
- **c.** Não foram identificados valores relevantes de ativo imobilizado nas empresas controladas incluídas no processo de consolidação.
- **d.** Os imobilizados oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos, quando aplicável, estão divulgados na Nota 16.
- e. Uma das principais atividades da Companhia é a venda de insumos de infusão, que é suportada pela locação de bombas de infusão e no retorno destas é verificado se estas bombas serão reparadas ou feita a manutenção, caso contrário as mesmas são baixadas como sucata, não sendo apurado nesse caso ganhos ou perdas.
- **f.** Do total da depreciação o montante de R\$ 44.954 está alocado no custo, R\$ 813 alocado nas despesas administrativas e R\$ 93 alocado em despesa com vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

13 Intangível

8					Controladora
	Direito de uso de sorftware	(a) Tecnologia industrial	Marcas e Patentes	Outros ativos intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	1.499	40.130	20	255	41.904
Impairment	-	(8.091)	-	-	(8.091)
Amortização acumulada	(865)	(9.140)	(2)	-	(10.007)
Saldo contábil, líquido	634	22.899	18	255	23.806
Em 1 de janeiro de 2020					
Saldo inicial	634	22.899	18	255	23.806
Adições	253	-	-	1.976	2.229
Baixas	-	-		(180)	(180)
Transferências	-	1.457	-	(1.457)	-
Amortização	(204)	(5.872)	(1)	(594)	(6.671)
Saldo contábil, líquido	683	18.484	17	0	19.184
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	1.751	41.587	20	_	43.358
Impairment	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(1.068)	(23.103)	(3)		(24.174)
Saldo contábil, líquido	(385)	(4.619)	14	<u>-</u>	19.184
Em 1 de janeiro de 2021					
Saldo inicial	683	18.484	17	-	19.184
Adições	233	-	-	-	233
Amortização	(258)	(12.976)	(1)	_	(13.235)
Saldo contábil, líquido	658	5.508	16		6.182
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	1.984	41.588	20	_	43.592
Impairment	-	-	(0)	-	(0)
Amortização acumulada	(1.326)	(36.080)	(4)		(37.410)
Saldo contábil, líquido	658	5.508	16		6.182
Taxa anual de depreciação	20%	33%	10%	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

					Consolidado
	Direito de uso de sorftware	(a) Tecnologia industrial	Marcas e Patentes	Outros ativos intangíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Custo	1.499	42.918	23	255	44.695
Impairment	-	(8.091)	-	-	(8.091)
Amortização acumulada	(865)	(9.139)	(2)	_	(10.006)
Saldo contábil, líquido	634	25.687	21	255	26.597
Em 1 de janeiro de 2020					
Saldo inicial	634	25.687	21	255	26.597
Adições	253	-	-	1.976	2.229
Baixas	-	-	-	(180)	(180)
Transferências	_	1.457	-	(1.457)	-
Amortização	(204)	(5.872)	(1)	(594)	(6.671)
Saldo contábil, líquido	683	21.272	20		21.975
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	1.751	44.375	23	-	46.149
Impairment	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(1.068)	(23.103)	(3)		(24.174)
Saldo contábil, líquido	683	21.272	20		21.975
Em 1 de janeiro de 2021					
Saldo inicial	683	21.729	20	-	22.432
Adições	233	-	-	-	233
Amortização	(258)	(12.976)	(2)		(13.236)
Saldo contábil, líquido	658	8.753	18		9.429
Em 31 de dezembro de 2021					
Custo	1.984	44.832	22	-	46.839
Impairment	-	-	(0)	-	(0)
Amortização acumulada	(1.326)	(36.080)	(4)		(37.410)
Saldo contábil, líquido	658	8.753	18		9.429
Taxa anual de depreciação	20%	33%	10%	-	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Comentários sobre o intangível

a. Tecnologia industrial.

A Administração avalia a viabilidade de conclusão dos projetos e se existe a possibilidade de algum destes sofrer perdas em sua expectativa de rentabilidade futura com a previsão de geração de caixa inferior ao seu valor contábil.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração realizou uma análise sobre a existência de indicativos de *impairment* para o exercício findo nessa data e reacessou a respectiva avaliação efetuada em 2019, concluindo que, para fins de emissão das demonstrações financeiras relativas a este exercício, ainda não existem expectativas firmes relacionadas a descontinuidade ou reversão de *impairment* já constituídos anteriormente dos projetos e consequentemente, nesta data, não foi registrada nenhuma perda ou reversão por *impairment*.

Em 2021, a Companhia realizou a amortização acelerada de seu ativo intangível decorrente da antecipação de vendas relacionadas à tecnologia industrial desenvolvida, que consequentemente diminuíram a vida útil deste ativo intangível para aproximadamente de 3 anos. A Companhia antecipou a amortização em aproximamente R\$ 6.400 no resultado do período.

Do total de projetos em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 5.508 (R\$ 13.855 em 2020) já estão sendo utilizados pela Companhia e, portanto, se tratam de ativos intangíveis de vida útil definida.

- **b.** Do total da amortização o montante de R\$ 80 está alocado no custo, R\$ 13.544 alocado nas despesas administrativas e R\$ 136 alocado em despesa com vendas. A amortização compreende ainda o montante de R\$ 525 referente a direito de uso de arrendamentos.
- c. Ativos intangíveis no balanço patrimonial consolidado tem a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Total do ativo intangível na controladora	6.182	19.184
Desenvolvimento de software - Signove	2.790	2.791
-	8.972	21.975

O projeto de desenvolvimento de software na Signove está apresentado pelo seu valor de custo. Devido ao fato de que o projeto ainda se encontra em curso, ainda não foi iniciada a sua amortização, que se prevê que seja de 10 anos. O respectivo projeto também foi avaliado para fins de impairment, conforme demonstrado no item "a" acima.

14 Fornecedores

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controla	adora	Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	
Fornecedores nacionais Fornecedores estrangeiros	7.627 2.112	4.430 612	7.775 2.112	4.520 612	
_	9.739	5.042	9.887	5.132	

15 Partes relacionadas

Os principais saldos do passivo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Transações com acionistas

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento – BNDES (a)	<u> </u>	51.123
		51.123

24/42/2024

24 /4 2 /2 0 2 0

Transações com partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Signove - Valores a receber	6.635	3.892
	6.635	3.892

Os valores a receber e as transações efetuadas junto à Signove foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração é composta por diretores e conselheiros da Companhia.

⁽a) Refere-se ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e classificados em passivo circulante e não circulante, conforme demostrado na Nota 16. O contrato com o BNDES foi liquidado em junho de 2021.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	4.730	3.815
Outros benefícios	197	128
Encargos	707	579
	5.634	4.522

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço ou outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração.

16 Empréstimos e financiamentos

			Control	adora	Conso	lidado
Banco	Modalidade	Encargos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú S.A.	Giro	de 8,30% a.a. a 14,56% a.a.	34.205	9.417	34.205	9.417
Banco Itaú S.A.	Finame	4% a.a.+ TJLP	-	43	-	43
Banco Itaú S.A.	Finimp	2,44% a.a.	-	2.145	-	2.145
Banco Itaú S.A.	CDC	10,82% a.a	-	430	-	430
Banco Santander S.A	Giro	de 3,55% a.a. a 6,55% a.a.+ CDI e 10,054% a.a.	61.957	19.012	61.957	19.012
Banco Santander S.A	Finimp	7,61% a.a.	-	3.196	-	3.196
Finep	Investimento	1,55% a.a. + TJLP	17.955	23.334	17.955	23.334
BNDES	Giro	7,34% a.a. + IPCA	-	51.123	-	51.123
Banco Safra S.A.	Giro	8,20% a.a.	3.230	5.391	3.230	5.391
Banco Safra S.A.	Finimp	4,26% a.a.	-	-	-	-
Banco ABC S.A.	Finimp	2,25% a.a.	-	5.032	-	5.032
China Construction Bank - CCB	Giro	6,15% a.a.	15.691	1.182	15.691	1.182
China Construction Bank - CCB	Finimp	de 1,02% a.a. 1,09% a.a.	14.268	13.442	14.268	13.442
Total de empréstimos e finar	nciamentos		147.306	133.747	147.306	133.747
Passivo Circulante			84.105	60.660	84.105	60.660
Passivo Não Circulante		<u>-</u>	63.201	73.087	63.201	73.087

Os vencimentos, por ano, estão apresentados abaixo:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

	Até um ano	Mais de ano	De 3 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	84.105	15.763	40.494	6.944	147.306
Em 31 de dezembro de 2020	60.660	19.513	44.840	8.734	133.747

Cláusulas restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), as quais permitem ao credor considerar antecipadamente vencido o contrato e exigir de imediato o pagamento do saldo devedor em aberto nas seguintes hipóteses:

- Inadimplência da Companhia, dos avalistas ou qualquer sociedade indiretamente ligada nas suas obrigações com o banco ou qualquer sociedade ligada ao banco;
- Se a Companhia sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial que a critério do banco possa afetar sua capacidade de honrar obrigações;
- Se a Companhia sofrer protesto de título, pedir falência ou insolvência, requerer recuperação judicial, convocar credores para propor plano de recuperação extrajudicial;
- Transferência de bens e obrigações;
- Substituição do devedor solidário por motivo de insolvência;
- Se a Companhia iniciar qualquer procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, se for requerida sua falência, ou se houver protesto de título contra a Companhia;
- Não cumprimento de qualquer obrigação assumida em outras obrigações celebradas com o banco, suas controladas, controladores ou coligadas;
- Se for proposto contra a Companhia ação judicial por não pagamento de dívida certa, líquida e vencida, comprometa o cumprimento de suas obrigações ou garantias;
- Se ocorrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia, ou ainda se ocorrer incorporação, cisão ou fusão;
- Não reforçarem, em caso de perecimento, perda ou depreciação das garantias mencionadas em contrato:
- Se houver alteração ou modificação do objeto social.
- Se houver sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Companhia ou seus dirigentes, que importe em discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
- Indícios de crise econômica financeira ou de estado pré-falimentar;
- Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;
- Se for apurada falsidade de qualquer declaração, informação ou documento entregue ao banco;

Não ocorreram quebras de cláusuas restritivas (covenants) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Duplicatas descontadas

A Companhia não possuia, em 31 de dezembro de 2021, operações de desconto de duplicatas (R\$ 6.294 em 31 de dezembro de 2020), nas quais a Companhia assume o risco de crédito. Em 31 de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

dezembro de 2020 as operações possuiam prazo de 30 a 180 dias e taxa média de encargos financeiros de 0,75% a.m..

Por fazer parte do endividamento e, consequentemente do cálculo da dívida líquida, a Companhia adota como política a apresentação das operações de desconto de duplicatas para fins de demonstração do fluxo de caixa nas atividades de financiamento.

As duplicadas descontadas são garantidas pelo contas a receber que originou a operação de desconto.

Garantias

As garantias dos financiamentos e empréstimos são compostas como segue:

Banco	Garantias
Finep	Aval, Fiança Bancária e Imóvel
Banco Itaú S.A.	Ativo Imobilizado, Veículo, Aval e Duplicatas
Banco Safra S.A.	Aval
Banco Santander S.A.	Aval e Imóvel
China Construction Bank - CCB	Aval e Duplicatas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Reconciliação da dívida líquida

					Consolidado
	Empréstimos bancários	Duplicatas descontadas	Caixa e equivalentes	Aplicações financeiras	Dívida líquida
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2019	73.236	9.090	(229)	(769)	81.328
Movimentações que afetaram					
o fluxo de caixa Obtenção de empréstimos - principal	174.528	-	-	-	174.528
Pagamento de empréstimos - principal	(87.618)	-	-	-	(87.618)
Pagamento de empréstimos - juros Outras variações	(41.198)	(2.796)	(3.223)	(1.194)	(41.198) (7.213)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa					
Despesa de juros e variações apropriados	14.799		-		14.799
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2020	133.747	6.294	(3.452)	(1.963)	134.626
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa					
Obtenção de empréstimos - principal	228.060	-	-	-	228.060
Pagamento de empréstimos - principal	(151.997)	-	-	-	(151.997)
Pagamento de empréstimos - juros Outras variações	(74.864)	(6.294)	(574)	(38.987)	(74.864) (45.855)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa Despesa de juros e variações					
apropriados	12.360				12.360
Dívida liquida em 31 de dezembro de 2021	147.306		(4.026)	(40.950)	102.330

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controls	adora	Consol	idado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Passivo circulante					
Salários a pagar	794	753	826	762	
INSS a recolher	2.190	5.676	2.209	5.682	
FGTS a recolher	180	167	186	168	
Provisões sobre a folha	4.746	1.653	4.758	1.677	
Outros	70	189	70_	189	
	7.980	8.438	8.049	8.478	
Passivo não circulante					
INSS parcelado (i)	5.585	669	5.585	669	
	5.585	669	5.585	669	

(i) Parcelamento dos débitos de INSS mantidos pela Companhia relativos ao ano de 2020 e exercícios anteriores. O pagamento, nos termos do parcelamento, será realizado em 55 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento final em julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuí parcelas em atraso.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Foram constituídos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, imposto de renda e contribuição social diferidos com a seguinte natureza:

	Contro	ladora	Consolidado		
Passivos fiscais diferidos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Capitalização dos juros sobre					
empréstimos	-	107	-	107	
Depreciação acelerada	4.513	1.887	4.513	1.887	
Diferença vida útil prédio	<u>-</u>	1.141		1.141	
	4.513	3.135	4.513	3.135	
Ativos fiscais diferidos					
Provisão para crédito de liquidação					
duvidosa	6.383	684	6.383	684	
Provisão para contingências					
trabalhistas	1.285	1.607	1.285	1.607	
Provisão para pagamento de royalties	4.490	68	4.490	68	
Provisão para perdas de estoque	1.087	-	1.087	-	
Provisão impairment de imobilizado,					
intangível e impostos	-	300	-	300	
Provisão partipação nos lucros	996	-	996	-	
Provisão para comissões	2.856	-	2.856	-	
Provisão para dispêndios advocatícios	1.085	-	1.085	-	
Provisão para fretes	918	-	917	=	
Outras provisões temporárias	110	493	110	493	
Provisão faturados e não entregues	109	13.727	109	13.727	
Prejuízo fiscal	7.879	15.986	8.266	16.373	
	27.198	32.865	27.585	33.252	
	22.685	29.730	23.072	30.117	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Conciliação do resultado tributável com a despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolid	lado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	128.388	43.280	127.447	42.601
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social pela	(42.652)	(44.747)	(42, 222)	(14.404)
alíquota combinada - 34%	(43.652)	(14.715)	(43.332)	(14.484)
Incentivos fiscais	2.243	1.831	2.243	1.831
Adições e (exclusões), líquidas	15.780	2.367	15.454	2.124
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Corrente	(18.584)	(14.267)	(18.590)	(14.276)
Diferido	(7.045)	3.750	(7.045)	3.747
	(25.629)	(10.517)	(25.635)	(10.529)
Alíquota efetiva	20%	24%	20%	25%

Expectativa de realização dos tributos diferidos ativos

A recuperação dos créditos fiscais está baseada em projeções de resultados tributáveis, bem como na realização das diferenças temporárias para os seguintes exercícios:

	<u>Valor</u>
2022 2023	10.171 17.027
Total	27.198

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

19 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão para contingências está baseado na avaliação da possibilidade de perda, estimada pelos consultores jurídicos da Companhia para as questões em litígio judicial de origem cível, trabalhista e tributário. A provisão é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- . Contingências trabalhistas: consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago nas demissões em virtude de reestruturação operacional para a adequação da estrutura de custos da Companhia.
- . Ações tributárias: consistem em autos de infração de ICMS e IPI movidos contra a Companhia pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

A composição do saldo da controladora e do consolidado é a seguir apresentada:

	Controladora	e consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	3.779	4.726
	3.779	4.726

A movimentação da provisão para contingências é a seguir a presentada:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
Saldo inicial do exercício	4.726	3.254	
Constituição	-	1.742	
Reversão	(947)		
Saldo final do exercício	3.779	4.726	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

A Companhia possui uma estimativa de valor referente a processos com perda possível de R\$ 29.535 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 26.023 em 31 de dezembro de 2020), conforme composição demonstrada abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Tributária	28.297	25.011
Trabalhista	1.238	1.012
	29.535	26.023

As perdas possíveis no âmbito tributário da Companhia decorrem de um auto de infração emitido por parte do Estado do Rio Grande do Sul, relacionado ao crédito presumido de ICMS originado do FUNDOPEM, imposto de renda retido na fonte e PIS e COFINS, referente aos anos de 2014 e 2015.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 2.576.438 ações ordinárias, no valor de R\$ 73.436. O capital social está dividido da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações ordinárias	Total integralizado
Lifemed Administração e Participações Ltda.	41,4%	1.065.600	30.373
Lifemed Capital Participações Ltda.	5,5%	140.593	4.007
BNDES Participações S.A.	21,4%	552.503	15.748
Kumla S.A.	8,4%	215.454	6.141
Fundo BBI Financial I	23,4%	602.288	17.167
Total	100,0%	2.576.438	73.436

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de subvenção para investimentos

A reserva de subvenção para investimentos apropria os valores de subvenções recebidas do Estado através do programa FUNDOPEM/RS (Nota 27) e também a subvenção concedida pela Prefeitura de Pelotas através do reembolso de parte do ICMS durante um prazo de 10 anos, entre 2007 e 2016. Conforme mencionado na Nota 27 às demonstrações financeiras, a Companhia é beneficiária de subvenções governamentais para investimentos, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e são excluídas na determinação do lucro tributável pelo imposto de renda e contribuição social. Os benefícios decorrentes desses incentivos não podem ser distribuídos como dividendos aos acionistas e devem ser mantidos em reservas de lucros, exceto para fins de absorção de prejuízos, sendo que as reservas devem ser reconstituídas à medida que lucros sejam gerados, até o montante dos benefícios obtidos.

d. Reserva de lucros para investimentos

A reserva de lucros para investimentos (orçamento de capital) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de negócios da Companhia, conforme orçamento de capital aprovado em reunião do Conselho e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

e. Distribuição de dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Qualquer montante adicional ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou lucro de R\$ 102.759 mil. A Administração da Companhia propõe a seguinte destinação para o Lucro Líquido do exercício:

Lucro Líquido do exercício	102.759
(-) Constituição de reserva de subvenção	(6.597)
(-) Reserva Legal	(5.138)
Valor a destinar	91.024
Dividendos obrigatórios	22.756
Reserva de lucros para investimento	68.268

Assim, a remuneração total que será proposta aos Acionistas será de R\$ 22.756, correspondentes a R\$ 8,83232592 por ação, para as ações ON da Companhia.

21 Receita operacional líquida

		31/12	/2021		31/12/2020			
	Receita	Deduções e	Impostos	Receita	Receita	Devoluções e	Impostos	Receita
	Bruta	abatimentos	sobre vendas	líquida	Bruta	abatime ntos	sobre vendas	líquida
Venda de produtos à órgãos governamentais	205.397	(90.329)	(14.997)	100.071	55.276	(2.507)	(5.605)	47.164
Venda de produtos a entidades privadas	195.333	(85.903)	(14.262)	95.168	173.104	(7.851)	(29.747)	135.506
Prestação de serviços	231.337	(26.912)	(16.891)	187.534	110.911	(5.031)	(17.255)	88.625
	632.067	(203.144)	(46.150)	382.773	339.291	(15.389)	(52.607)	271.295

		31/12/2021				31/12/2020		
	Receita Bruta	Deduções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida	Receita Bruta	Devoluções e abatimentos	Impostos sobre vendas	Receita líquida
Venda de produtos à órgãos governamentais	205.397	(90.329)	(14.997)	100.071	55.276	(2.507)	(5.605)	47.164
Venda de produtos a entidades privadas	195.413	(85.903)	(14.262)	95.248	173.214	(7.851)	(29.747)	135.616
Prestação de serviços	231.337	(26.912)	(16.891)	187.534	110.911	(5.031)	(17.255)	88.625
	632.147	(203.144)	(46.150)	382.853	339.401	(15.389)	(52.607)	271.405

A receita da Companhia, no montante total de 99,994%, é proveniente de vendas no mercado interno.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

22 Despesas por natureza

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima	(85.399)	(87.232)	(85.399)	(87.232)
Remuneração direta	(39.818)	(36.601)	(40.510)	(36.878)
Comissões sobre vendas	(35.500)	(9.999)	(35.500)	(9.999)
Frete sobre vendas	(8.121)	(8.988)	(8.121)	(8.988)
Despesas com viagem	(1.571)	(2.069)	(1.659)	(2.131)
Depreciação e amortização	(59.666)	(39.731)	(59.689)	(39.750)
Serviços pessoas jurídicas	(17.306)	(12.920)	(19.002)	(14.281)
Despesa com marketing	(236)	(260)	(236)	(260)
Despesa aluguel, água, luz e telefone	(1.748)	(1.894)	(1.856)	(2.001)
Gastos com projetos	(1.677)	(658)	(1.976)	(954)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.761)	(2.836)	(16.761)	(2.836)
Outras despesas	(17.745)	(11.822)	(17.764)	(11.851)
	(285.548)	(215.010)	(288.473)	(217.161)
Custo dos produtos vendidos	(168.525)	(157.318)	(168.525)	(157.318)
Despesas gerais e administrativas	(36.002)	(24.157)	(38.927)	(26.308)
Despesas de vendas	(81.021)	(33.535)	(81.021)	(33.535)
r	(285.548)	(215.010)	(288.473)	(217.161)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

23 Resultado financeiro

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras				
Despesas de juros	(13.517)	(16.692)	(13.517)	(16.711)
Despesas bancárias	(275)	(358)	(280)	(364)
Variação cambial passiva	(3.314)	(4.728)	(3.314)	(4.728)
Outras despesas financeiras	(7.534)	(2.534)	(7.535)	(2.536)
	(24.640)	(24.312)	(24.646)	(24.339)
Receitas financeiras				
Desconto obtido	113	161	127	168
Variação cambial ativa	4.405	6.625	4.405	6.625
Receita de juros	7.266	1.469	7.266	1.469
	11.784	8.255	11.798	8.262
	(12.856)	(16.057)	(12.848)	(16.077)

24 Outras receitas e despesas operacionais

	Contro	ladora	Consoli	idado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras Receitas	3.455	181	3.455	181
Requisições administrativas				
(i)	26.374	-	26.374	-
ICMS da base de cálculo do				
PIS/COFINS (ii)	10.078	-	10.078	-
Crédito presumido de ICMS				
(Nota 27)	6.597	5.386	6.597	5.386
Provisão contingências	(947)	(1.472)	(947)	(1.472)
Outras despesas ou receitas	358	339	358	339
	45.915	4.434	45.915	4.434

- (i) Referente a requisições administrativas, conforme instituto no art. 5°, inciso XXV, da Constituição Federal, sofridas especificamente em relação ao cenário do Covid-19, a lei federal 13.979 de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, estabeleceu, em seu art. 3°, inciso VII, que as autoridades estavam legitimadas a efetuar a "requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas", assegurada a indenização posterior e justa, ratificando, portanto, a previsão constitucional.
- (ii) Vide maiores explicações na nota 10 item (ii).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

25 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela administração da Companhia.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	40.949	1.956	40.950	1.963
. ,	44.972	5.347	44.976	5.415
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	4.023	3.391	4.026	3.452
Contas a receber	153.312	58.462	153.312	58.462
Adiantamento a fornecedores	9.413	12.844	9.425	12.845
Outros créditos	1.770	538	1.770	539
Partes relacionadas	6.635	3.892	<u>-</u>	<u>-</u>
	171.130	75.736	164.507	71.846
	Contro	ladora	Consol	idado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	9.739	5.042	9.887	5.132
Empréstimos e Financiamentos	147.306	133.747	147.306	133.747
Duplicatas descontadas	-	6.294	-	6.294
Outras contas a pagar	16.933	1.207	16.933	1.208
Passivos relacionados a contratos com clientes	2.426	1.107	2.426	1.107

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

176.404	147.397	176.552	147.488

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros derivativos - Swap

	Consolida		
	Passivo	Ativo	Resultado
China Construction Bank - CCB	30.477	29.968	(509)
Total	30.477	29.968	(509)

O derivativo se trata de operações de FINIMP e não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge, sendo classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

b. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), e das contas a pagar a fornecedores estejam próximas dos seus valores justos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber aproximam-se dos valores contábeis devido à sua natureza de curto prazo ou porque não estão sujeitos a taxas de juros variáveis.

c. Análise de sensibilidade

Conforme mencionado na Nota 16, a Companhia possui empréstimos e financiamentos com diversas taxas de juros. Entretanto, a Administração considera que as variações mais significativas estão atreladas as operações pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de juros CDI e TJLP, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Em 31 de dezembro de 2021			
	Saldo	<u>Indice</u>	25%	50%
Passivos financeiros sujeitos a variação da TJLP Empréstimos e financiamentos	975	5,32%	6,65%	7,98%
Aumento ou redução da dívida pela variação do índice			13	26
Passivos financeiros sujeitos a variação do CDI Empréstimos e financiamentos	6.361	4,42%	5,53%	6,64%
Aumento ou redução da dívida pela variação do índice			70	141
Aumento ou redução da dívida total			83	167

Análise de sensibilidade de risco da taxa de câmbio

Uma alteração de 25% e 50% pontos base nas taxas de câmbio, na data das informações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício sobre o saldo de adiantamentos a fornecedores estrangeiros de acordo com os montantes mostrados abaixo.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto à moeda estrangeira, são mantidas constantes.

		Em 31 de dezembro de 2021		Aumento ou redução da cotação	
	Saldo	Cotação	25%	50%	
Saldos expostos ao dólar americano Contas a pagar Adiantamentos a fornecedores	381	5,5805	6,98	8,37	
			532	1.063	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

Aumento ou redução da variação cambial,		
líquida	532	1.063

26 Participação nos lucros

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pela Administração, concede participação nos lucros e resultados aos seus empregados, que está vinculada a um plano de ação, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos e acordados no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2021 a Compnhia provisionou um montante de R\$ 2.929 para pagamento de PLR, que será pago nos primeiros meses de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

27 Obrigações fiscais e tributárias a recolher

a) Obrigações fiscais e tributárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante				
PIS a recolher	94	-	94	-
COFINS a recolher	432	-	432	-
Imposto sobre Circulação – ICMS	485	187	485	187
Imposto de Renda a Recolher	4.384	6.010	4.403	6.016
Contribuição Social (CSLL)	1.663	2.365	1.663	2.365
Outros impostos	32	15	34	20
•	7.090	8.577	7.111	8.588
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo não circulante ICMS a recolher incentivo				
(FUNDOPEM)	5.955	7.085	5.955	7.085
	5.955	7.085	5.955	7.085
	13.045	15.662	13.066	15.673

b) ICMS diferido a recolher

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimentos estaduais. Os valores das subvenções recebidas do Estado são representados pelo programa FUNDOPEM/RS - Estado do Rio Grande do Sul, que visa atender aos interesses do desenvolvimento regional, de forma a subvencionar os investimentos realizados na expansão de uma unidade industrial no município de Pelotas (RS) e o incremento e manutenção de postos de trabalho. Esta subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido nos programas FUNDOPEM/RS e INTEGRAR/RS, decreto n° 42.360/03.

O cálculo da subvenção é determinado a partir do montante de ICMS devido incremental e incidente sobre os negócios realizados pelas unidades industriais incentivadas. O valor total deste incentivo estadual é de aproximadamente R\$ 31.000 conforme Termo de Ajuste nº 025/2006, para o período de 19 de outubro de 2006 até 31 de dezembro de 2017, tendo sua revonação prorrogada por tempo indeterminado (conforme decreto nº 56.116 de 30 de setembro de 2021). Desde 2014 a Companhia está habilitada a utilizar o crédito presumido de ICMS de acordo com o decreto estadual do RS 51.074/2013. Esse crédito é apurado com base no saldo de débitos e créditos do mês de ICMS/RS. A alíquota é de 60% sobre o saldo apurado e lançado no resultado em outros créditos conforme há evidência do atingimento dos critérios para reconhecimento do benefício, durante o período de fruição do benefício do FUNDOPEM/RS.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma

O total das subvenções recebidas acumulado é de R\$ 39.107. No exercício de 2021 o montante apropriado foi de R\$ 6.597 (R\$ 5.386 em 2020). As subvenções governamentais têm um tratamento fiscal diferenciado na apuração do lucro real, pois as receitas decorrentes desses benefícios são excluídas da base de cálculo.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores no exercício e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o mesmo exercício de 2020, conforme o quadro abaixo:

	Consolidado		
	31/12/2021 31/1		
Resultado do exercício	102.759	32.763	
Ações ordinárias	2.576.438	2.576.438	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em			
circulação	2.576.438	2.576.438	
Resultado por ação básico (em reais)	39,8841	12,7164	
Resultado por ação diluído (em reais)	39,8841	12,7164	

Não existe fator diluidor, sendo assim, os lucros básicos e diluídos por ação possuem o mesmo valor.

29 Seguros

A Companhia, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados. Os ativos segurados são a planta, as máquinas e equipamentos localizados em Pelotas, onde se localiza a matriz da Companhia, e as edificações locadas onde a Companhia tem instaladas as áreas comerciais e de assistência técnica em São Paulo. Abaixo as descrições e valores das coberturas:

	31/12/2021
Danos Materiais	
Incêncio, queda de raio, explosão e Implosão	62.500.000
Vendaval, furação, chuva de granizo e fumaça	72.000.000
Lucros cessantes	50.000.000

* * *